



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 146/XIII/ 4.ª SL

Aos 19 dias do mês de dezembro de 2018, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Saúde, na sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. *Informações;*
2. *Apreciação e votação das atas n.ºs 144 e 145, respetivamente de 5 e 12 de dezembro;*
3. *Discussão e votação do parecer sobre o PJI n.º 872/XIII/3.ª (PS) - «Regime de proteção na pré conceção, na procriação medicamente assistida, na gravidez, no parto, no nascimento e no puerpério» - Autora do parecer: Deputada Isaura Pedro;*
4. *Discussão e votação dos requerimentos do PS, a solicitar a audição do representante do Conselho Regional do Norte da Ordem dos Médicos e do Presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar Lisboa Norte, para esclarecimento de «afirmações e denúncias relacionadas com a greve dos enfermeiros»;*
5. *Discussão e votação do requerimento do PSD, a solicitar a audição da Ordem dos Enfermeiros, da Associação Sindical Portuguesa de Enfermeiros e do Sindicato Democrático dos Enfermeiros, para esclarecerem se «os direitos dos cidadãos portugueses e, em particular, dos doentes que recorrem ao SNS, estão a ser devidamente salvaguardados»;*
6. *Discussão e votação dos requerimentos do BE e do PSD, a solicitar a audição do coordenador e dos chefes de equipa de urgência do Hospital D. Estefânia demissionários, bem como do Conselho de Administração do Centro Hospitalar Lisboa Central, para obter esclarecimentos sobre a situação atual;*
7. *Ponto de situação dos trabalhos, pelos respetivos coordenadores, dos Grupos de Trabalho de processo legislativo e temáticos;*
8. *Discussão e votação do Relatório Final da Petição n.º 522/XIII/3.ª - «Solicitam a reconversão e integração do Hospital Psiquiátrico de Lorvão na Rede de Cuidados Continuados Integrados» - Relator: Deputado Pedro Coimbra;*



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 146/XIII/ 4.ª SL

9. *Discussão e votação do Relatório Final da Petição n.º 536/XIII/3.ª - «Solicitam a adoção de medidas legislativas e de sensibilização relacionadas com a reanimação cardíaca» - Relator: Deputado António Sales;*

10. *Outros assuntos.*

11:00 *Audição do STSS, SFP, SINTAP e SINDITE, a requerimento do BE, «sobre o reconhecimento das carreiras profissionais dos técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica (TSDT) e o pagamento condigno do trabalho que fazem».*

---

#### 1. Informações

O Presidente anunciou terem baixado à Comissão, para efeitos de elaboração de parecer, o «Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2019» e a PPL n.º 171/XIII/4.ª, que aprova a Lei de Bases da Saúde. O parecer sobre o Programa de Trabalho cabe ao PS, que indicou a Deputada Jamila Madeira, e o relativo à PPL 171 cabe ao PSD, tendo sido indicado o Deputado Ricardo Baptista Leite, que elaborará parecer também sobre o P JL n.º 1029/XIII, do PCP, sobre a mesma matéria. O Presidente referiu ainda ter sido enviada a todos a programação, para janeiro, das audições pendentes em Comissão.

#### 2. Apreciação e votação das atas n.ºs 144 e 145, respetivamente de 5 e 12 de dezembro

As atas n.ºs 144 e 145, respetivamente de 5 e 12 de dezembro, foram aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

#### 3. Discussão e votação do parecer sobre o P JL n.º 872/XIII/3.ª (PS) - «Regime de proteção na pré conceção, na procriação medicamente assistida, na gravidez, no parto, no nascimento e no puerpério» - Autora do parecer: Deputada Isaura Pedro

A Deputada Isaura Pedro apresentou o parecer sobre o P JL n.º 872/XIII/3.ª, do PS, referindo o objeto, conteúdo e motivação da iniciativa, o enquadramento legal, constitucional e antecedentes, dando conta das questões técnico-jurídicas suscitadas na Nota Técnica, reservando a sua opinião para plenário e concluindo com o



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 146/XIII/ 4.ª SL

entendimento de que estão reunidos os requisitos legais, constitucionais e regimentais para a iniciativa ser discutida e votada em plenário.

A Deputada Catarina Marcelino agradeceu o parecer sucinto e objetivo, fazendo referência à possível contradição que é apontada, entre os projetos do PAN e do PEV e este projeto de lei, explicando que o PJI 872 revoga uma parte da lei consolidante porque é mais abrangente em tudo o que se relaciona com a grávida, indo para além do acompanhamento. Mas trata-se de matéria técnico-jurídica e acredita que a solução será encontrada na especialidade, estando disponível para essa discussão e para os consensos que certamente serão alcançados. Não deve é o diploma ficar todo em causa por razões técnico-jurídicas, que podem ser ultrapassadas.

Os Deputados Moisés Ferreira e Ana Rita Bessa cumprimentaram a Deputada pelo parecer e anunciaram que o irão votar favoravelmente.

A Deputada Carla Cruz disse acompanhar também o parecer, que é objetivo e factual, reservando a discussão da substância para o plenário e considerando que terão de ser resolvidas as questões técnico-jurídicas.

Os considerandos e conclusões foram aprovados por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

4. Discussão e votação dos requerimentos do PS, a solicitar a audição do representante do Conselho Regional do Norte da Ordem dos Médicos e do Presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar Lisboa Norte, para esclarecimento de «afirmações e denúncias relacionadas com a greve dos enfermeiros»

5. Discussão e votação do requerimento do PSD, a solicitar a audição da Ordem dos Enfermeiros, da Associação Sindical Portuguesa de Enfermeiros e do Sindicato Democrático dos Enfermeiros, para esclarecerem se «os direitos dos cidadãos portugueses e, em particular, dos doentes que recorrem ao SNS, estão a ser devidamente salvaguardados»

Os dois requerimentos do PS e o requerimento do PSD foram discutidos em conjunto, dado que versam matéria relacionada.

O Deputado António Sales apresentou os requerimentos do PS. O primeiro requerimento pede a audição do representante do Conselho Regional do Norte da Ordem dos Médicos e o segundo requerimento solicita a do Presidente do Conselho



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 146/XIII/ 4.º SL

de Administração do Centro Hospitalar Lisboa Norte, para esclarecimento de *«afirmações e denúncias relacionadas com a greve dos enfermeiros»*.

O Deputado Ricardo Baptista Leite apresentou o [requerimento](#) do PSD, a solicitar a audição da Ordem dos Enfermeiros, da Associação Sindical Portuguesa de Enfermeiros e do Sindicato Democrático, para esclarecerem se *«os direitos dos cidadãos portugueses e, em particular, dos doentes que recorrem ao SNS, estão a ser devidamente salvaguardados»*. Lembrou as declarações da Ministra da Saúde sobre esta questão, na sua última audição, e enfatizou que é importante que haja um cabal esclarecimento sobre o que se passa, por parte também dos próprios enfermeiros.

O Deputado Moisés Ferreira frisou que o direito à greve é inalienável, mas que há que ter em conta aspetos como as suas consequências e o financiamento que está a ser feito, que é estranho e novo. Lembrou que as Ordens não têm competências sindicais, pelo que não percebe porque é que o PSD propõe a audição da Ordem dos Enfermeiros (OE).

A Deputada Ana Rita Bessa anunciou que viabilizará todos os requerimentos, pois quer saber o que é que impede a resolução do problema em concreto. Subscrive que as Ordens e os Sindicatos têm papéis diferentes e que às Ordens cabe defender a dignidade profissional. Considera contudo que foi a Ministra da Saúde que trouxe a OE à colação, pelo que faz sentido serem todos ouvidos.

A Deputada Carla Cruz disse que o PCP defende com intransigência o direito à greve e que estas têm sempre efeitos, sendo justas as reivindicações destes profissionais, o que não é habitual é que a greve seja paga. Pergunta também porque é requerida a presença da OE, porque se vai tratar da greve e dos seus motivos, e as Ordens não têm poder sindical.

O Deputado António Sales lembrou o esforço do Governo para alcançar acordos, estranhando que o PSD só chame alguns dos sindicatos dos enfermeiros, mas viabilizará o requerimento.

O Deputado Ricardo Baptista Leite fez ainda um requerimento oral, no sentido de juntar a estas audições todos os sindicatos de enfermeiros que não estão enunciados no requerimento. Quanto ao financiamento da greve, pensa que se existirem dúvidas o Governo dispõe de instrumentos para o fiscalizar. O que entende ser importante é agir, pois há cerca de 7.000 cirurgias adiadas e estamos a caminho de serem 20.000.



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 146/XIII/ 4.ª SL

Os dois requerimentos do PS e o requerimento do PSD, bem como o requerimento oral também do PSD, foram aprovados por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

6. Discussão e votação dos requerimentos do BE e do PSD, a solicitar a audição do coordenador e dos chefes de equipa de urgência do Hospital D. Estefânia demissionários, bem como do Conselho de Administração do Centro Hospitalar Lisboa Central, para obter esclarecimentos sobre a situação atual

O Deputado Moisés Ferreira apresentou o requerimento do BE, que solicita a audição do coordenador e chefes de equipa de urgência do Hospital D. Estefânia demissionários, bem como do Conselho de Administração, e o Deputado Ricardo Baptista Leite apresentou o requerimento do PSD a pedir também a audição destas mesmas entidades, acrescentando que propõe que as audições se realizem no Hospital D. Estefânia.

O Deputado António Sales disse que muitos outros processos semelhantes, com demissionários, não se chegaram a concretizar, e ainda bem. Considera que são às vezes situações de carácter funcional, que se resolvem internamente, contudo viabilizará os requerimentos.

A Deputada Ana Rita Bessa pensa que para se saber se é uma situação funcional ou não, terão de se fazer as audições, pelo que as viabilizará.

A Deputada Carla Cruz anunciou viabilizar igualmente os requerimentos.

Os requerimentos foram aprovados por unanimidade, registando-se a ausência do PEV, tendo também sido aprovado por unanimidade que tenham lugar no Hospital D. Estefânia.

7. Ponto de situação dos trabalhos, pelos respetivos coordenadores, dos Grupos de Trabalho de processo legislativo e temáticos

O Presidente começou por referir ser necessário criar mais 3 Grupos de Trabalho (GT), o que foi aprovado, sendo referentes às seguintes iniciativas que baixaram à Comissão na especialidade ou para nova apreciação na generalidade: P JL n.º 984/XIII/3.ª, do PAN, que visa «assegurar a não prescrição e administração de metilfenidato e atomoxetina a crianças com menos de 6 anos de idade», a ser coordenado pelo PS, tendo sido indicada a Deputada Eurídice Pereira; PPL n.º



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 146/XIII/ 4.ª SL

142/XIII/3.ª, que «estabelece o regime jurídico da colheita, processamento, análise, disponibilização e utilização, armazenamento e destruição de células e tecidos de origem humana para fins de investigação científica, incluindo as células estaminais», a ser coordenado pelo Deputado Moisés Ferreira, do BE; PJs n.ºs 1007/XIII/4.ª BE, 1010/XIII/4.ª PSD, 1024/XIII/4.ª PS, 1031/XIII/4.ª PCP e 1033/XIII/4.ª PAN, sobre a alteração do artigo 15.º (confidencialidade) da Lei n.º 32/2006, 26 de julho e ainda 1030/XIII/4.ª BE, sobre a alteração do regime da gestão de substituição da Lei n.º 32/2006, de 26 de julho, a ser coordenado pelo CDS-PP.

O Presidente pediu então que cada coordenador dos GT no âmbito do processo legislativo e dos GT temáticos fizesse o respetivo ponto de situação:

- GT PPL n.º 34 - o Deputado António Sales informou estar ainda a aguardar um parecer que solicitou sobre a temática em análise no GT.
- GT PPL n.º 49 - a Deputada Carla Cruz referiu que o Deputado João Dias substituiu o Deputado João Ramos na coordenação deste Grupo e que irá reunir para reprogramar os trabalhos; o Deputado Ricardo Baptista Leite disse que considera que há realmente necessidade de uma lei para a saúde pública, sendo que o problema é que esta que está em análise não serve, o que tem de ser assumido.
- GT PJP n.ºs 555 e 563 - a Deputada Ângela Guerra lembrou as questões técnico-jurídicas suscitadas neste GT, já hoje abordadas. Sugeriu que o PJP n.º 872, quando baixar, seja também analisado neste mesmo GT.
- GT PJP n.º 914 - o Deputado Ricardo Baptista Leite deu conta de que o PSD iria indicar os seus representantes no GT. Este GT, coordenado pela Deputada Carla Cruz, deverá receber ainda outras iniciativas sobre esta temática.
- GT PJP n.º 997 - foi indicado o Deputado Luís Vales para coordenar o GT, pelo PSD, e, para o integrar em representação do PS, o Deputado João Marques.
- GT VIH/Sida e Hepatites - o Deputado António Sales disse que o coordenador deste GT, Deputado Luís Graça, reunirá em breve para consensualizar um Projeto de Resolução entre as diversas forças políticas.
- GT Diabetes - o Deputado Moisés Ferreira irá realizar uma nova reunião.
- GT Doenças Oncológicas - este GT reuniu em outubro de 2018 e propôs a realização de um simpósio que teve lugar ainda nesse mês.
- GT PPP's - foi realizada a 2.ª audição conjunta a 11 de dezembro de 2018.



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 146/XIII/ 4.ª SL

8. Discussão e votação do Relatório Final da Petição n.º 522/XIII/3.ª - «Solicitam a reconversão e integração do Hospital Psiquiátrico de Lorvão na Rede de Cuidados Continuados Integrados» - Relator: Deputado Pedro Coimbra

O Deputado Pedro Coimbra apresentou o Relatório Final da Petição n.º 522/XIII/3.ª, dando conta do seu objeto, procedendo à sua análise, referindo as diligências efetuadas, ou seja, a audição dos peticionários e o pedido de informação ao Ministro da Saúde, não tendo sido obtida resposta. Concluiu com o parecer de que o Relatório deverá ser enviado ao PAR, publicado e enviado aos peticionários e agendada a Petição para discussão em plenário.

A Deputada Fátima Ramos cumprimentou o Relator, lamentando que não tenha sido obtida resposta do Ministério, dado que se trata de matéria relevante.

O Deputado Moisés Ferreira cumprimentou o Relator pela objetividade, dizendo acompanhar a Petição, mas considerando dever ser dada prioridade à saúde, em relação ao turismo.

A Deputada Carla Cruz cumprimentou o Relator, dizendo acompanhar o Relatório e considerar que é preciso canalizar todos os meios para a saúde, especialmente numa área tão carenciada como a dos cuidados continuados.

O Relatório Final foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

9. Discussão e votação do Relatório Final da Petição n.º 536/XIII/3.ª - «Solicitam a adoção de medidas legislativas e de sensibilização relacionadas com a reanimação cardíaca» - Relator: Deputado António Sales

O Deputado António Sales apresentou o Relatório Final da Petição n.º 536/XIII/3.ª, mencionando o seu objeto, procedendo à sua análise, referindo as diligências efetuadas, ou seja, a audição dos peticionários e o pedido de informação ao Ministro da Saúde, não tendo sido obtida resposta. Concluiu com o parecer de que o Relatório deverá ser enviado ao PAR, publicado e enviado aos peticionários e agendada a Petição para discussão em plenário.

O Deputado José António Silva cumprimentou o Relator, lamentando que o Ministério não tenha respondido ao pedido de informação, e acrescentando que teria sido também útil pedir parecer ao Ministério da Educação.

O Deputado Moisés Ferreira anunciou acompanhar o Relatório.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 146/XIII/ 4.ª SL

O Relatório Final foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PCP e do PEV.

11:00 Audição do STSS, SFP, SINTAP e SINDITE, a requerimento do BE, «sobre o reconhecimento das carreiras profissionais dos técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica (TSDT) e o pagamento condigno do trabalho que fazem»

O Presidente cumprimentou os três Sindicatos presentes, Sindicato dos Fisioterapeutas Portugueses (SFP), Sindicato dos Técnicos Superiores de Diagnóstico e Terapêutica (SINDITE) e Sindicato dos Técnicos Superiores de Saúde (STSS), dando conta da indisponibilidade do SINTAP para esta data.

O Deputado Moisés Ferreira apresentou o [requerimento](#) do BE, que solicita estas audições, fazendo uma resenha histórica dos factos e perguntando qual é neste momento a proposta negocial do Governo, quais os pontos de acordo e desacordo e qual a proposta dos Sindicatos.

O Deputado Luís Vales disse considerar o requerimento do BE muito pertinente, pois este problema arrasta-se há anos. Iniciou-se o processo negocial para revisão da carreira, criaram-se expetativas aos profissionais, mas assiste-se a uma anestesia por parte do Governo. Os TSDT têm a solidariedade do PSD, que tentará contribuir para que seja regulamentada a carreira. Perguntou o que separa os TSDT do Governo, que tipo de implicação a greve tem no setor e como é que os Deputados podem ajudar.

O Deputado Luís Soares lembrou que o PS resgatou vários direitos dos trabalhadores e que mais do que proclamações é necessário tomar decisões. O PS mais do que expetativas fala de esperança, não se podendo reduzir a decisão a uma questão orçamental. Perguntou se não consideram que foi dado um passo importante com a criação da carreira.

A Deputada Isabel Galriça Neto perguntou se já tiveram da atual equipa governativa algum sinal ou promessa de mudança, se têm ideia de quantos exames complementares foram adiados, que perspetivas há de os reagendar e que soluções e tipos de resposta vão adotar no futuro.

A Deputada Carla Cruz considera que tem havido impasses que estão a obstaculizar a concretização das expetativas. A valorização dos TSDT tem de ser reconhecida, pelo que são justas as reivindicações, mas entende que a regulamentação das carreiras é competência do Governo, ouvindo e negociando com as estruturas representativas.





## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 146/XIII/ 4.ª SL

Perguntou se já reuniram com a nova Ministra e qual foi o resultado, qual o ponto de situação das negociações e que expectativa têm de ver concretizadas as suas reivindicações.

O Presidente da Comissão deu a palavra aos Sindicatos para responderem às questões.

O Presidente da Direção do STSS, Luís Alberto Pinho Dupond, que se fez acompanhar pelo Vice-Presidente, Fernando Sousa Zorro e pela Secretária, Célia Lourenço Rodrigues, fez uma resenha histórica das negociações sobre a carreira dos TSDT, recordando que o processo negocial se iniciou em 2015, ainda com o anterior Governo. Em agosto de 2017 foram publicados 2 diplomas, que precisam de regulamentação. Não existe todavia acordo quanto à transição de carreiras, nem quanto à tabela salarial, sendo inaceitáveis as propostas do Governo que colocam 97 por cento dos profissionais na base da carreira e não fazem retroagir a tabela a janeiro de 2018, como pretendem. Pedem ao Parlamento que, caso não sejam satisfeitas as suas reivindicações, chamem o diploma para reapreciação.

O Presidente do STSS entregou [documentação](#) que foi distribuída a todos os Grupos Parlamentares.

A Secretária-Geral do SINDITE, que se fez acompanhar pelo Secretário Nacional, João Paulo Pedrosa Pereira, referiu que este Governo manteve a matriz nas negociações, e têm sido feitas muitas reuniões, mas não são produtivas. As melhorias são pequenas, melhorou-se a tabela mas retiram-se 6 meses na retroação. São inúmeros os exames que deixaram de ser feitos, e os privados lucram com isso.

O Presidente do SFP, João Paulo Pequito Valente, reiterou que não são aceitáveis as propostas do Governo. Não entende como é possível que 97 por cento dos profissionais transitem para base da carreira e que não haja incremento orçamental, quando existe transição da carreira técnica para a técnica superior. Tem de se dar continuidade ao trabalho da negociação.

Na 2.ª ronda foram pedidos esclarecimentos adicionais pelos Deputados Luís Vales, Luís Soares, Jorge Falcato Simões e Carla Cruz, prestados pelo Vice-Presidente do STSS e pela Secretária Geral do SINDITE.

O Presidente agradeceu a presença e as informações prestadas à Comissão.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

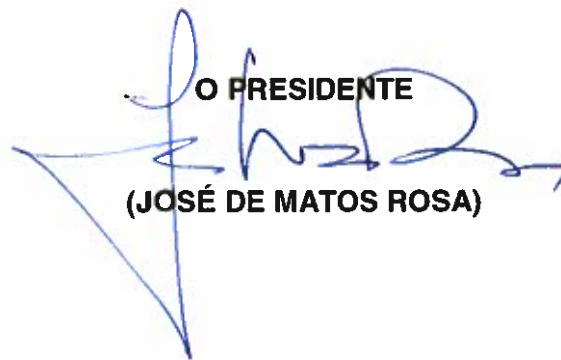
**COMISSÃO DE SAÚDE**

**ATA NÚMERO 146/XIII/ 4.ª SL**

O vídeo/gravação da audição poderá ser acedido neste [link](#).

A reunião foi encerrada às 13:00 horas, dela se lavrando a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 19 dezembro 2018.

  
**O PRESIDENTE**  
**(JOSÉ DE MATOS ROSA)**



**COMISSÃO DE SAÚDE**

**ATA NÚMERO 146/XIII/ 4.ª SL**

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ângela Guerra  
António Sales  
Carla Cruz  
Catarina Marcelino  
Cristóvão Simão Ribeiro  
Eurídice Pereira  
Fátima Ramos  
Isabel Galriça Neto  
Isaura Pedro  
João Gouveia  
João Marques  
Jorge Falcato Simões  
José António Silva  
José de Matos Rosa  
Luís Graça  
Luís Soares  
Luís Vales  
Marisabel Moutela  
Miguel Santos  
Moisés Ferreira  
Ricardo Baptista Leite  
António Topa  
Elza Pais  
Pedro Coimbra  
Ana Rita Bessa

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Maria Antónia de Almeida Santos  
José Luís Ferreira  
Teresa Caeiro

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

